

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Petrobras desiste de ação no STF para vender ativo	3
Título: Cortes vão atingir investimentos, com redução de R\$ 10,5 bi no PAC	3
Título: Após seis altas, Bolsa acumula ganho de 4%	4
Título: Reestatizar o Estado, privatizar a empresa privada	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Petróleo e gás são maiores fontes de riqueza do Estado do Alasca	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Direto da Fonte	8
Título: Notas	9
Título: Governo anuncia corte de R\$ 42,1 bi no Orçamento	9
Título: 'Pagamento de leniência foi só o aperitivo'	10
Título: Trump e a política do contra	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: União corta R\$ 42 bi e eleva custo dos salários	13
Título: Sr. Redator	14
Título: Última	14
VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: Arrecadação com pré-sal pode atingir R\$ 768 milhões	15
Título: Queda do preço de combustível leva a alta menor do IGP-M no mês	16
Título: Defender e aprimorar a política de conteúdo local	17
Título: Destaques	19
Título: Cemig perde novas liminares de usinas	19
Título: Proposta da Light resolve impasse da controladora	21
Título: Eletrobras rebate Aneel e negocia com Petrobras	23
Título: CVM nega pedido da BNDESPar contra estatal mineira	24
Título: Petrobras vai retomar obras da refinaria Rnest	25

Título: Braskem vai descumprir prazo da CVM	26
Título: AB InBev usará 100% de energia renovável.....	27

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobras desiste de ação no STF para vender ativo**

Liminar impedia que estatal concluísse operação com a australiana Karoon

A Petrobras informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que desistiu de revogar uma liminar que impedia a negociação para a venda dos campos de Tartaruga Verde e Baúna para a australiana Karoon. A mesma solicitação foi apresentada à Justiça Federal de Aracaju, pedindo a extinção do processo judicial.

O processo de venda de ativos da Petrobras tem sido afetado por liminares na Justiça. No fim do ano passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu a maioria das operações. Esta decisão foi revista no último dia 15, quando o tribunal liberou as operações, mas pediu uma série de alterações em procedimentos.

Baúna e Tartaruga Verde eram consideradas negociações em fase adiantada, mas uma liminar impetrada pelo Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro AL/SE) junto à Justiça Federal impediu a conclusão da venda, estimada em US\$ 1,5 bilhão. Fontes do setor avaliam que a demora no processo havia reduzido o interesse dos compradores.

Em comunicado ao mercado, a estatal afirma que, diante "da insubsistência das condições da proposta de aquisição apresentada e da manutenção dos efeitos da liminar judicial, o prosseguimento desse processo de desinvestimento mostrou-se inviabilizado". Em razão disso, a companhia desistiu da ação no STF que tentava concluir a venda dos campos.

Em entrevista recente ao GLOBO, o presidente da estatal, Pedro Parente, ressaltou que a venda de ativos não é uma escolha, mas uma necessidade. A meta para 2017/2018 é levantar US\$ 21 bilhões, montante que incorpora o valor estimado de venda de Baúna e Tartaruga Verde.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Martha Beck****Título: Cortes vão atingir investimentos, com redução de R\$ 10,5 bi no PAC**

Meirelles: contingenciamento tem custo, mas prioridade é meta fiscal

Para fechar as contas de 2017, o governo fará um contingenciamento no Orçamento que vai afetar os investimentos. Segundo o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, do total de R\$ 42,1 bilhões que serão cortados, R\$ 10,5 bilhões serão cortados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, outros R\$ 10,9 bilhões virão de emendas parlamentares e R\$ 20,1 bilhões de cortes em despesas dos demais órgãos do Executivo, preservando os desembolsos mínimos com saúde e educação. Nos outros Poderes, o contingenciamento será de R\$ 580 milhões. (...)

Para fechar as contas deste ano, o governo espera ainda uma arrecadação de R\$ 10,1 bilhões com a relicitação das usinas hidrelétricas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande. A concessão dessas usinas venceu e decisões judiciais recentes liberaram a relicitação. Segundo Meirelles, a estimativa de arrecadação com essas usinas leva em conta a capacidade de geração de energia de cada unidade.

Não entraram nos cálculos, porém, uma estimativa maior de arrecadação com o programa de repatriação de recursos no exterior.

DECISÃO DO STF SOBRE PIS

Apesar de não ter anunciado aumento de impostos ontem, apenas o fim das desonerações em alguns setores, Meirelles disse que o governo poderá ter de elevar as alíquotas do PIS/ Cofins para compensar as perdas da União com uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF). A Suprema Corte entendeu que o ICMS não pode mais integrar a base de cálculo desses do PIS/Cofins. Segundo ele, a União vai recorrer e somente depois vai tomar uma decisão. O aumento das alíquotas é uma possibilidade: — Não precisamos nos precipitar. Existem etapas e maneiras de compensar isso. A elevação do PIS/Cofins é uma possibilidade.

O ministro Meirelles também afirmou que não há definição ainda sobre a correção da tabela do Imposto de Renda deste ano.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Após seis altas, Bolsa acumula ganho de 4%

Dólar recua 0,73%, para R\$ 3,117, com valorização de "commodities" no exterior

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu pelo sexto pregão seguido ontem, registrando alta de 1,37%, aos 65.528 pontos. Foi a maior sequência de altas da Bolsa desde julho do ano passado, proporcionando uma valorização acumulada de 4,05% nesses seis dias. Sustentaram a alta do pregão o bom desempenho de Petrobras, com o avanço do petróleo, de bancos e da Vale. A Bolsa fechou antes de o governo fazer seu esperado anúncio sobre como resolver o rombo do Orçamento deste ano. No mercado de câmbio, o dólar comercial recuou 0,73% contra o real, fechando cotado a R\$ 3,117 para venda, seguindo o desempenho da moeda no exterior.

— O anúncio de estoques de petróleo menores que o esperado (nos EUA) levou a uma valorização rápida do produto no mercado internacional, aumentando o ímpeto para a alta da Bolsa — afirmou Raphael Figueredo, analista da corretora Clear, que está otimista com a sequência de altas do pregão e vê fôlego para novos ganhos. — As questões que mais têm contribuído são a valorização no mercado de commodities, ainda que devagar, e, claro, a ideia de que a economia brasileira está diante de uma recuperação. Está havendo muito fluxo de capital estrangeiro, sobretudo para os papéis dos bancos.

A Petrobras avançou 3,27% (ON, por R\$ 15,16) e 3,58% (PN; R\$ 14,45). No petróleo, o preço do contrato futuro do Brent, com entrega em maio, subiu 2,12%, a US\$ 52,42. A Vale avançou 1,02% (ON, com voto, a R\$ 30,11) e 0,88% (PNA, sem voto, por R\$ 28,76). Entre os bancos, o Banco do Brasil subiu 3,63% (R\$ 34,30), o Bradesco valorizou-se em 2,08% (R\$ 32,85), e o Itaú, em 1,48% (R\$ 39,00).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Carlos Alberto Sardenberg

Título: Reestatizar o Estado, privatizar a empresa privada

Além das reformas em andamento, ou ao lado delas, é preciso aplicar duas políticas de âmbito nacional: uma é reestatizar o Estado, outra, seu reverso, privatizar a empresa privada. O jornalista Rolf Kuntz, do “Estadão”, chamou a atenção para a primeira delas em coluna no último dia 26. Está na rede, mas eis dois exemplos contrários ali citados. A Petrobras, com Pedro Parente, foi reestatizada depois do assalto privado e partidário das gestões petistas. Já os órgãos de controle sanitário do Ministério da Agricultura, apanhados na Carne Fraca, estavam obviamente privatizados. Por aí o leitor tem uma boa ideia do que se está falando. O reverso da história é a privatização da empresa privada brasileira ou, se quiserem, a privatização do capitalismo. Considerem a Vale, privatizada em maio de 1997. Nesta semana, foi indicado o seu novo presidente,

Fabio Schvartsman, um executivo do primeiro time no setor privado. Sinal claro de aprovação geral: as ações da Vale subiram. (...)

Mas nessa turma, ninguém emplacou ninguém. De sua parte, Aécio foi conversar com Arminio Fraga, uma unanimidade positiva nos meios econômicos, que topou participar do processo desde que fosse para, de fato, privatizar a Vale. Não falou com essas palavras, mas o sentido era esse: entraria na história se fosse para indicar um nome de mercado, para impor na Vale uma gestão independente. Tendo essa garantia, indicou o nome de Fabio Schvartsman, que havia feito ótimo trabalho na Klabin. E Aécio o levou até o presidente Temer. De outro lado, a Vale havia contratado a empresa Spencer Stuart para selecionar seu novo presidente.

E Schvartsman foi indicado pelo head hunter. Se foi colocado na lista por Aécio e Temer ou se a empresa chegou a seu nome paralelamente, e por coincidência, não importa mais. O fato é que resultou uma indicação técnica, com respaldo político. Diz o senador Aécio Neves: “Ter aval político não desmerece Schvartsman”. De fato. Mas é fato também que os dois últimos presidentes da Vale, Roger Agnelli e Murilo Ferreira, caíram quando perderam o apoio do governo federal. Agnelli, por exemplo, foi atacado por Lula por dirigir a companhia como se ela fosse... privada e independente. Digamos que Lula volte em 2018. Ou alguém de seu lado. Schvartsman e Pedro Parente seriam derrubados? Poderia acontecer, não é mesmo? Mais, seria provável.

O que demonstra o ponto inicial: nem o Estado está estatizado, nem o privado, privatizado. Hoje, a boa ou má gestão das estatais depende da qualidade da escolha do governo de plantão. E as empresas privadas, em grande número, mas grande mesmo, só funcionam com benesses do governo. Nesta semana, por exemplo, empresários de peso foram a Temer reclamar da presidente do BNDES, Maria Silvia Marques, que, como Parente, é executiva de reconhecida competência. Ela estaria segurando crédito — crédito que o governo anterior distribuiu tão ampla quanto irresponsavelmente. Pois é, em vez de apresentar balanços e projetos saudáveis, foram reclamar com o presidente da República. Os controladores da Vale, incluído o governo, colocaram em marcha um processo para torná-la uma companhia pública, com ações pulverizadas e, portanto, sem dono definido.

É boa medida. Assim como seriam boas medidas que garantissem escolhas técnicas e profissionais para cargos que exigem isso no governo e nas estatais. Fiscal sanitário não pode ser indicação política, nem diretor de escola ou presidente da Petrobras. Argumenta-se: o partido que ganha a eleição tem que dispor dos instrumentos para aplicar a sua proposta política. E existe boa política. Tudo verdade. Mas o vencedor não precisa nomear mais de cem mil correligionários pelo país afora. Nem pode colocar o governo a serviço do partido

e de determinadas empresas. São urgentes mecanismos institucionais que garantam um Estado público e um capitalismo privado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: Igor Gielow

Título: Petróleo e gás são maiores fontes de riqueza do Estado do Alasca

Tanques de petróleo no terminal de Valdez, no Alasca, Estado que é o quarto maior produtor do país

O Alasca, conhecido por dar ao mundo a folclórica figura da ex-governadora Sarah Palin, é o quarto maior produtor norte-americano de petróleo e gás, responsáveis por 80% de sua economia.

Os hidrocarbonetos foram descobertos 101 anos depois da compra pelos EUA da área de tamanho algo maior que o Amazonas e com população equivalente ao Amapá, vingando economicamente o então ridicularizado secretário de Estado, William Seward, fiador do negócio.

O setor também é a maior fonte de dor de cabeça para as autoridades locais.

Em 1989, um dos maiores desastres ambientais da história até então ocorreu quando o petroleiro Exxon Valdez sofreu um acidente perto da costa.

A exploração continuou, até que a pressão pelo fim de atividades de prospecção na parte ártica do território viraram um decreto do presidente Barack Obama nos estertores de seu governo.

O banimento desagradou às petroleiras. Mesmo sem sucesso, a Shell investiu US\$ 8 bilhões e quase dez anos de pesquisas na região congelada, que tem estimados 27 bilhões de barris de petróleo e vastas reservas de gás natural.

Agora, o governo de Donald Trump estuda formas de derrubar o veto, em mais uma medida de desmonte das iniciativas ambientais do governo Obama, embora esbarre nas dificuldades técnicas da exploração na região.

RAIO-X

ÁREA 1,71 milhão de km² (pouco maior que o Amazonas)

POPULAÇÃO 740 mil (equivalente ao Amapá)

DENSIDADE 0,49 habitante/km²

ECONOMIA 80% petróleo e gás, pesca e outros

CRONOLOGIA

Século 17 = Primeiras expedições russas

1799 = Estabelecimento da Companhia Russo-Americana

1804 = Estabelecimento da América Russa

1867 = Venda para os EUA

1959 = Território vira Estado

1968 = Descoberta de petróleo

1989 = Acidente com petroleiro Exxon Valdez

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

O petróleo nosso

Alguns acionistas da Petrobrás estão reclamando do descumprimento de regras da Lei das SAs. Diz a lei que o não pagamento de dividendos por três anos dá direito a voto no conselho para quem possui ações preferenciais. Consultada, a CVM explica que este assunto foi abordado pela autarquia em 2015, em consequência de dois pedidos de interrupção de assembleias. Ambos foram negados com base na Lei do Petróleo. A conversão permitiria diluição do controle da União, o que a lei não permite.

Petróleo 2

Entretanto, a autarquia explica que "não se manifestou especificamente sobre o eventual direito a voto dos titulares de ações preferenciais, por entender que aquela não seria a ocasião para discutir esse tipo de matéria". O que quer dizer que o assunto continua em aberto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia / Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernand****Título: Notas**

Petrobrás volta ao exterior

A Petrobrás deu o "start" nas tratativas de uma nova captação de bônus no exterior, que deverá se desenrolar na semana que vem. Bancos e assessores já foram contratados. Volume e prazo de vencimento dos papéis, contudo, ainda são um mistério. Mas da última vez que acessou esse mercado, a empresa deixou de lado o plano de emitir bônus de 30 anos. Em janeiro, a Petrobrás captou US\$ 4 bilhões ao prazo de cinco e dez anos.

Ao telefone

O BNDES resolveu usar um recurso diferente para tirar dúvidas sobre os planos futuros de um de seus clientes. Durante teleconferência da Eletrobrás com analistas e investidores, ontem, uma pessoa que se identificou como Marcelo, do banco de fomento, questionou a administração da estatal sobre as alternativas de captação que a empresa considera para fazer frente aos investimentos planejados. A participação surpreendeu quem estava conectado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes, Eduardo Rodrigues e Fernando Nakagawa****Título: Governo anuncia corte de R\$ 42,1 bi no Orçamento**

Para cumprir meta fiscal deste ano, desoneração da folha de pagamento de 50 dos 54 setores incluídos na medida foi suspensa

Depois de dois adiamentos, numa semana de intensas negociações, o anúncio do Orçamento deste ano foi feito ontem à noite, prevendo um corte de R\$ 42,1 bilhões nas despesas da União.

Para chegar a esse cálculo, que deve contribuir para garantir o déficit de R\$ 139 bilhões fixado para 2017, o governo vai contar com receitas extras de R\$ 10,1 bilhões com a venda de quatro hidrelétricas que pertenciam à Cemig e foram reintegradas ao patrimônio da União, além da suspensão de benefícios fiscais na folha de pagamentos para 50 setores, que renderá mais R\$ 4,8 bilhões.

A equipe econômica do governo não pôde contar com o ganho extraordinário, que deve chegar a R\$ 8,7 bilhões, com precatórios (pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva) não reclamados por seus beneficiários. Isso foi tentado, até o último momento, para permitir um corte menos profundo. Uma hora antes do anúncio, os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, acompanhados pela advogada-geral da União, Grace Mendonça, buscavam no Supremo Tribunal Federal respaldo judicial para contabilizar os precatórios.

Meirelles disse esperar uma redução nos R\$ 42,1 bilhões de corte à medida que forem confirmadas receitas extras. Além dos precatórios, o ministro disse esperar também decisão sobre a inclusão de parentes de políticos no programa de repatriação de ativos irregulares mantidos no exterior. Atualmente, o governo prevê receita de R\$ 13 bilhões com a regularização, sendo que apenas metade fica nos cofres federais.

O propalado aumento de tributos, que estava sendo avaliado, se resumiu à cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de cooperativas de crédito. Essa tributação acrescentará aos cofres do Tesouro mais R\$ 1,2 bilhão este ano. (...)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fábio Fabrini

Título: 'Pagamento de leniência foi só o aperitivo'

Entrevista : Bruno Dantas, ministro do TCU

Segundo ministro do TCU, ressarcimento das empresas da Lava Jato pode chegar a dezenas de bilhões de reais

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas defende que as empreiteiras que firmaram acordos de leniência com procuradores da Operação Lava Jato terão de desembolsar mais do que já acertaram com o Ministério Público Federal (MPF), cerca de R\$ 8,6 bilhões. "Aquilo que pagaram até o momento é só o aperitivo da refeição completa." Relator do processo sobre corrupção nas obras da usina de Angra 3, Dantas negociou com o MPF uma solução para que as construtoras também cooperem com o TCU nas auditorias. Em entrevista, ele defendeu a criação de lei para que, em casos graves, o controle acionário das empresas implicadas em corrupção seja vendido. "Os acionistas têm de responder."

- O TCU, no caso de Angra 3, declarou quatro empreiteiras inidôneas e deu 60 dias para definir a situação de outras três, que fizeram acordo de leniência com o MPF. O que acontece agora?

O TCU dialogou bastante com a força-tarefa da Lava Jato. Alertei os procuradores para um aspecto: como o acordo celebrado por eles tinha por objetivo a coleta de elementos para a investigação criminal, faltava uma cláusula que versasse sobre a recuperação do dano e uma colaboração efetiva a ser dada pelas empresas no cálculo desse dano. (...)

- A que está sujeito quem não topa colaborar com o TCU?

Está sujeito às mesmas sanções que as outras empresas já receberam (proibição de participar de licitações). No caso de Angra 3, o TCU entendeu que houve fraude à licitação.

- Quais são esses números?

Fizemos um estudo mostrando que, quando as empresas do "clube VIP" participavam de uma licitação na Petrobrás, o superfaturamento era, em média, de 17%. O TCU pode adotar dois critérios: um estimativo, conservador, e daria algo como R\$ 29 bilhões só na Petrobrás. Tem outra forma de calcular, a clássica, de pegar contrato por contrato. Isso pode chegar a algumas dezenas de bilhões de reais. Se houver contribuição das empresas, podemos usar o segundo método com mais rapidez. Caso contrário, talvez sejamos obrigados a aplicar o estudo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Trump e a política do contra

Com o decreto que desmonta a política ambiental de seu antecessor, Barack Obama, o presidente norte-americano, Donald Trump, demonstra mais uma vez que está disposto a cumprir as perigosas promessas que os mais otimistas preferiam encarar como destinadas apenas a ganhar a eleição e serem revistas depois. Ele falava sério e o mundo tem boas razões para se inquietar com isso, porque, como líder da maior potência econômica e militar, seu arrogante voluntarismo pode acarretar sérias consequências que vão muito além das fronteiras dos Estados Unidos. Com a revogação das principais regras constantes do Plano de Energia Limpa – que ele determinou que seja refeito pela Agência de Proteção Ambiental –, Trump afirmou que seu objetivo é conseguir a independência energética de seu país e criar mais empregos com a reativação da decadente e poluente indústria do carvão, outrora pujante em Estados de forte

tradição republicana. Cercado por mineiros entusiasmados, ele prometeu com o tom de campanha que tem marcado seus pronunciamentos desde que tomou posse: “Vocês sabem o que é isso, amigos? Vocês voltarão ao trabalho”.

Formalmente, os Estados Unidos não se retiram do Acordo de Paris, assinado em dezembro de 2015 por 196 países, depois de longas e difíceis negociações, que estabelece compromissos para enfrentar o aquecimento global, mas na prática é o que vai acontecer com o decreto de Trump. Com ele, seu país não conseguirá cumprir o compromisso de reduzir de 26% a 28% suas emissões dos gases de efeito estufa até 2025. Sendo os Estados Unidos e a China os maiores poluidores – e mesmo que esta não recue também, como tudo indica no momento –, muito dificilmente será possível atingir as metas do acordo, e o mundo inteiro pagará por isso. Não apenas todos perderão, como a medida adotada também não produzirá os efeitos prometidos por Trump na criação de empregos e para a independência energética dos Estados Unidos, como se apressaram a alertar renomados especialistas na matéria.

Quanto à autossuficiência em energia, por exemplo, já foi atingida pelo país como consequência de vários fatores, entre eles a exploração de gás natural. E a decadência da indústria do carvão não é efeito de políticas ambientais e, por isso, sua reativação não deve trazer os benefícios esperados. Robert Stavins, diretor do Programa Ambiental da Universidade Harvard e um dos maiores especialistas em política climática dos Estados Unidos, lembra que os empregos na mineração de carvão estão diminuindo há décadas, por duas razões principais: novas tecnologias que aumentaram a produtividade e reduziram a necessidade de mão de obra e, mais recentemente, os baixos preços do gás natural – além disso, uma energia mais limpa –, que o tornaram mais competitivo do que o carvão. A reativação das minas não resultará em significativo aumento de empregos.

É preciso considerar também que a indústria do carvão não tem peso importante na economia norte-americana: empregava 87 mil pessoas em 2008 e 65 mil em 2015. Tudo leva a crer, portanto, que a decisão de Trump foi motivada ou por demagogia de um presidente impopular em começo de mandato, que precisa cortejar setores, como o dos mineiros, que apoiaram sua eleição, ou ele acredita mesmo, como disse em sua campanha, que o aquecimento global é uma mentira difundida pela China para prejudicar os Estados Unidos. A essa altura seu comportamento permite aceitar outras explicações, igualmente preocupantes. Trump é um presidente que até agora só agiu para demolir o que foi feito por seu antecessor, sem propor iniciativas inovadoras e importantes. Não se pode ir muito longe nesse caminho. O futuro de seu governo vai depender, numa boa medida, do comportamento de seu partido, que começa a dar mostras de não estar disposto a acompanhá-lo nessa política do contra, como aconteceu com o malogrado projeto destinado a substituir o Obamacare.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor:****Título: União corta R\$ 42 bi e eleva custo dos salários**

A equipe econômica anunciou ontem os cortes no orçamento e demais medidas para cobrir o rombo adicional de R\$ 58,2 bilhões nas contas públicas e cumprir a meta fiscal deficitária de R\$ 139 bilhões em 2017. O contingenciamento de gastos será de R\$ 42,1 bilhões. Outros R\$ 4,8 bilhões seriam obtidos por meio da reoneração da folha de pagamento de 50 setores. Também foi previsto R\$ 1,2 bilhão com a cobrança de Imposto Sobre Operação Financeira (IOF) nas concessões de crédito de cooperativas. Para reforçar o caixa, o Executivo estima arrecadar até R\$ 10,1 bilhões com receitas extraordinárias de concessões e privatizações de quatro hidrelétricas. (...)

Extraordinários

O aumento dos encargos ocorrerá em julho, depois de decorrido o prazo legal de 90 dias necessários para que entre em vigor uma medida provisória a ser publicada até amanhã. Em 2017, a renúncia com a desoneração da folha de pagamentos custará aos cofres públicos R\$ 14,6 bilhões, segundo dados da Receita Federal.

Os recursos extraordinários de R\$ 10,1 bilhões podem entrar nos cofres públicos por meio da concessão de quatro hidrelétricas. Ontem, a Advocacia-Geral da União conseguiu derrubar liminares que mantinham as usinas de Volta Grande e Jaguará sob controle de outros entes da Federação. Na última terça-feira, a de São Simão voltou para o controle da União e, na semana passada, o mesmo ocorreu com a de Miranda. A intenção é reliciar essas concessões.

Dos R\$ 42,1 bilhões contingenciados, R\$ 10,5 bilhões serão cortados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, os demais órgãos do governo perderão R\$ 20,1 bilhões, dos quais quase a totalidade em despesas de custeio, detalhou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. As emendas impositivas serão congeladas em R\$ 5,4 bilhões e haverá corte de R\$ 5,5 bilhões em emendas não obrigatórias incluídas durante a tramitação do Orçamento no Congresso Nacional. O Legislativo e o Judiciário perderão R\$ 580 milhões.

O governo pretende arrecadar de R\$ 8 bilhões a R\$ 8,7 bilhões com a regulamentação dos precatórios, mas Meirelles explicou que o volume só deverá ser incorporado ao Orçamento daqui a dois meses, no próximo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas. Segundo o ministro, de acordo com a regulamentação do Conselho da Justiça Federal (CJF), esses recursos devem

voltar aos cofres públicos após ficarem dois anos disponíveis para saques. Entretanto, após consultas a integrantes do Judiciário, a AGU precisará fazer os pedidos em juízo. (...)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião / Colunas

Autor:

Título: Sr. Redator

Privatizações

Primeiro privatizaram a Petrobras, mas deixaram a União com sócia majoritária. A estatal permaneceu em poder do país. Mas os conselhos, lotados de corruptos, hipoteticamente, abriram espaço para a entrega da maior empresa brasileira aos estrangeiros. Hoje, a petrolífera vem sendo fatiada e, a cada dia, um pedaço é entregue às empresas concorrentes do Brasil. Agora, outra grande estatal, usada pelos políticos ladravazes, também será privatizada. Falo dos Correios que, para muitos, não tem mais valor na era da tecnologia virtual. Mais adiante, serão as outras grandes empresas, a saúde, o ensino... Tudo ficará nas mãos dos que sugaram a República e tornaram o país um dos paraísos da corrupção. »
Marco Antônio da Silva

Gás de cozinha

Causa indignação como os consumidores são desprezados e abandonados pelos órgãos de fiscalização nas três esferas de governo. Estou me referindo ao gás de cozinha, que chega à nossa casa, entregue pelos pequenos vendedores, ao custo de R\$ 70 ou R\$ 74 o botijão. No entanto, o mesmo produto não passa de R\$ 50,00 na distribuidora ou nos postos de gasolina. Pergunta, o ganho de R\$ 20 por botijão, no meu caso, moro a 500m da empresa que se apresenta como distribuidora, é justo, mesmo depois de avisar que buscaria no local? O responsável disse que o preço seria o mesmo: R\$ 70. Isso é ou não um assalto à economia popular? » José Bonifácio

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião / Coluna

Autor: Ari Cunha

Título: Última

» A Reuters anuncia que a Petrobras desistiu de revogar a liminar que impede a negociação para a venda dos campos de Tartaruga Verde e Baúna com a empresa australiana Karoon. O comunicado foi feito ao Supremo Tribunal Federal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho****Título: Arrecadação com pré-sal pode atingir R\$ 768 milhões**

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) está trabalhando na atualização da previsão de receita proveniente da comercialização de petróleo e gás natural destinados à União, nas áreas do pré-sal sob o regime de partilha de produção, este ano. Segundo o presidente da estatal, Ibsen Flores, o montante pode ficar próximo de R\$ 768 milhões, o que, de acordo com o Ministério de Minas e Energia, está considerado no Orçamento da União para 2017. "Esses números estão sendo fechados ainda, porque a parte dos acordos de individualização da produção [AIPs] ainda está sendo fechada com a Petrobras", afirmou Flores. "O número exato depende da cotação do dólar, depende do preço do barril. O valor pode ser considerado em torno disso [R\$ 768 milhões]. Talvez seja menor, em função da cotação do dólar."

A definição do número depende dos cálculos dos AIPs. Além do campo gigante de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, a PPSA tem o direito de comercializar óleo e gás das áreas unitizáveis de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, e de Lula Sul e Sapinhoá, na Bacias de Santos, operadas pela Petrobras. A PPSA também tem um AIP com a Shell, relativo a um campo na Bacia de Campos, mas que não teve produção, para efeito de comercialização pela estatal. O caso de Libra é o mais simples. A PPSA tem direito a 41,6% do petróleo extraído no Teste de Longa Duração (TLD), previsto para começar este ano. A expectativa é que a estatal comercialize algo entre 10 mil e 12 mil barris diários de petróleo da região. Esse volume deve cair à metade após a declaração de comercialidade da área, prevista para até o fim deste ano. Quando isso ocorrer, serão contabilizados alguns custos, como tributos. No caso dos AIPs, a situação é mais complexa. No caso de Lula, por exemplo, a PPSA tem direito a comercializar 0,5% da produção. Mas a companhia ainda precisa levantar com a Petrobras informações como o volume de produção, valores de investimentos, custos operacionais, taxa de câmbio e preço do petróleo, desde o início de produção dessas áreas. "A Petrobras está levantando esses dados e a gente precisa ter isso dentro desses próximos seis meses", disse Flores. A PPSA prevê iniciar a comercialização do óleo e gás da União em setembro. Para a venda desses produtos, a PPSA trabalha em duas frentes. Uma é a negociação com a Petrobras para contratar a petroleira para fazer a comercialização para a PPSA. A outra é a criação de uma licitação para contratar uma empresa para fazer esse serviço. Uma das hipóteses consiste em a Petrobras, em um primeiro momento, fazer a comercialização, enquanto a PPSA trabalha na licitação. Procurado pelo Valor, o ministério de Minas e Energia informou que o valor de R\$ 767,97 milhões incluído no orçamento da União, é "uma previsão, que pode ser diferente do valor final apurado".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Arícia Martins****Título: Queda do preço de combustível leva a alta menor do IGP-M no mês**

A redução de combustíveis efetuada pela Petrobras no fim de fevereiro diminuiu ligeiramente a inflação no atacado deste mês, avaliam economistas, assim como o movimento favorável do câmbio e o comportamento dos alimentos. Segundo a estimativa média de 17 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) subiu 0,06% em março, ante 0,08% em fevereiro. As estimativas para o dado, a ser divulgado hoje pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), vão de queda de 0,02% até aumento de 0,22%. Como, em igual período de 2016, o indicador avançou 0,51%, a inflação acumulada em 12 meses pelo IGP-M caiu novamente de acordo com a projeção média dos analistas ouvidos, de 5,38% para 4,88%.

Com peso de 60% no indicador geral, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) ampliou a deflação de 0,09% para 0,26% entre fevereiro e março, estima Leonardo França, da Rosenberg Associados. Devido principalmente à trajetória dos preços no atacado, o IGP-M recuou 0,02% neste mês, diz. As cotações ao produtor ficaram menores tanto no segmento industrial quanto no agropecuário, que registraram queda de 0,08% e 0,75% na medição atual nas projeções da Rosenberg. A correção para baixo nos preços da gasolina e do diesel nas refinarias, em vigor a partir do dia 24 de fevereiro, tiveram efeito maior sobre o IPA industrial somente nessa leitura, diz França. Já os preços agrícolas, afirma, seguem em tendência negativa devido ao câmbio, que teve apreciação média de 0,66% no período de coleta do IGP-M. Para a MCM Consultores, que trabalha com avanço de 0,07% do índice em março, as cotações de produtos agropecuários mostraram nova baixa em função das retrações esperadas para grãos e bovinos. Por outro lado, produtos in natura e leite devem ter subido no período, afirma a consultoria em relatório. Do lado do produtor industrial, a MCM observa que a retomada da ascensão do minério de ferro deve ser compensada pelas quedas de combustíveis e alimentos industrializados. Comparando o IGP-M com o IGP-10, que ficou em 0,05%, a Tendências Consultoria aponta que o indicador fechado no dia 20 deve subir para 0,13%, com recuo menos intenso no atacado. "A queda menor do IPA deve ser influenciada tanto pela aceleração dos preços industriais quanto pela deflação menor dos preços agropecuários, destacando-se os movimentos do minério de ferro e de grãos, respectivamente", comentam os economistas da consultoria. Na contramão do previsto para as cotações ao produtor, os preços no varejo subiram em março nas estimativas dos economistas ouvidos. Responsável por 30% do IGP-M, o Índice de Preços ao Consumidor-M (IPC-M) avançou de 0,39% para 0,42%, influenciado pelos grupos alimentação e habitação, estima França, da Rosenberg. Por fim, já divulgado pela

FGV, o Índice Nacional de Custo da Construção (INNC-M) desacelerou para 0,36% em março, depois de ter subido 0,53% um mês antes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Haroldo Lima

Título: Defender e aprimorar a política de conteúdo local

A queda dos preços das commodities, em particular a do petróleo em 2014, a crise política interna e os desdobramentos da Operação Lava-Jato são alguns dos fatores com impacto direto na recessão que se abate sobre a economia do Brasil. No setor de petróleo e gás, os ataques espetaculosos da Lava-Jato lançaram suspeita sobre a Petrobras, como se a estatal estivesse toda contaminada pela corrupção. A empresa, já premida por dificuldades financeiras, retraiu suas atividades, o que complicou a vida de empresas do seu ciclo produtivo, a indústria para-petroleira.

Neste cenário crítico, a política de conteúdo local precisa ser defendida com firmeza e flexibilidade, para se evitar mais prejuízos, seja por recuo na proteção da indústria brasileira, seja por exigências que terminam reservando mercado para empresas tecnologicamente defasadas. A cláusula de conteúdo local surgiu na Primeira Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios da ANP, em 1999, e visava desenvolver e diversificar a indústria para-petroleira local, preocupação que aumentou após a quebra do monopólio da Petrobras e a criação da ANP. Em todas as rodadas de licitação, a agência incluiu esta cláusula nos contratos de concessão. Até a 4ª rodada, em 2002, os percentuais de conteúdo local eram apenas declaratórios e serviam como pontuação no certame. A partir de 2003, com a 5ª rodada, tornaram-se obrigatórios e diferenciados para bens e serviços em blocos terrestres, em águas rasas e águas profundas. Ajustes mais rigorosos foram feitos nas rodadas seguintes para certificar o cumprimento desta regra, ainda mais após a descoberta do pré-sal, a implantação do regime de partilha da produção e a criação da empresa 100% estatal, a Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), para gerir esse novo modelo contratual. Os resultados positivos vieram. A participação da indústria nacional nos investimentos do setor saltou de 57% em 2003 para 75% em 2009, ou US\$ 14,2 bilhões a mais em serviços e bens contratados de empresas brasileiras e a geração de 640 mil postos de trabalho. Enfrentando uma desindustrialização precoce e grave, o país não pode dispensar uma política de conteúdo local no setor de petróleo e gás, devendo aprimorá-la com o exame das controvérsias em pauta.

Há o desafio de adotar uma política de conteúdo local que não abrigue a ideia de multa, mas a de incentivo

Uma delas levanta que as concessionárias preferem importar alguns bens e serviços por terem melhor qualidade, preço e prazo de entrega que os congêneres nacionais, mesmo arcando com multas pesadas que totalizaram R\$ 315 milhões entre 2013 e 2015, segundo a ANP. Só a Petrobras respondeu por 42% das multas aplicadas em 2014. As cláusulas de conteúdo local dos contratos da ANP sempre afirmaram a necessária preferência por fornecedores brasileiros, cujas ofertas apresentassem preço, prazo de entrega e qualidade equivalentes aos estrangeiros. A defesa do produtor nacional deve ser feita, mas não pode se transformar em prática que favoreça gestões obsoletas e empresas de tecnologia atrasada. Tem-se levantado também a inconveniência de se manter percentuais obrigatórios para quase 90 itens. Não seria o caso de substituir esses itens por número bem menor de bens, em que já temos capacidade mínima de competir ou possibilidades de fazê-lo? Ou ainda de realçar não bens, mas segmentos industriais, como máquinas, engenharia de projetos, infraestrutura e outros? Discute-se ainda a opção por um índice global de conteúdo local, que incluísse bens e serviços. Dita alternativa pode levar à distorção de se atingir um determinado índice "global" sem se incorporar nada de máquinas e equipamentos. Há os que criticam o modelo em vigor como "indústria de multas". Embora haja exagero nessa formulação, a questão pode nos remeter a outro desafio, o de adotar uma política de conteúdo local que não abrigue a ideia de multa, mas a de incentivo, como procedem alguns países como a Noruega e a China. A empresa que atingir metas determinadas de conteúdo local é premiada com desonerações, subsídios e regimes aduaneiros vantajosos. Com base nesse expediente, além de outros, esses dois países criaram grande indústria local para-petroleira. No momento está em curso questão importante. A ANP abriu uma consulta pública para discutir uma solicitação da Petrobras para liberação de todas as exigências de conteúdo local para um navio-plataforma para o campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. Esse pedido foi apresentado pela Petrobras em 30 de agosto de 2016 e foi marcada uma audiência pública sobre o assunto para 18 de abril de 2017. Na argumentação da Petrobras, aparece a afirmação de que "a plataforma só será viável economicamente se o consórcio for liberado das obrigações" de conteúdo local. É o conhecido pedido de "waiver", ou da desistência em cobrar o que é de direito. A diretora Solange Guedes, de Exploração e Produção, da antiga equipe da Petrobras, afirmou à imprensa que o consórcio da área de Libra precisa ser liberado completamente desta obrigação e que, referindo-se ao projeto de Libra, "no limite, sem 'waiver', não haverá projeto"! A Petrobras já solicitou também pedido de "waiver" para o navio-plataforma de Sépia, na cessão onerosa da Bacia de Santos. Agiu com prudência a ANP ao não deliberar de moto próprio sobre tema tão delicado e abrir consulta pública seguida de audiência. O "waiver" para este caso, como para outros, criaria um precedente perigoso para a política de conteúdo local e para o respeito aos contratos firmados. Por outro lado, correr-se o risco de truncar o projeto de Libra é preço que não se deve pagar. Em casos como tais, espera-se que a consulta da ANP ilumine alguma solução, como a prorrogação do prazo para cumprimento da

cláusula, mas mantendo-a, inclusive porque, revogá-la não só enfraqueceria a política de conteúdo local, como colocaria em questão a regulação da ANP, que pode ser questionada juridicamente. Haroldo Lima é engenheiro, membro da Comissão Política Nacional do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e foi diretor-geral da ANP.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras desiste de venda

A Petrobras informou que desistiu da venda dos campos de Tartaruga Verde e Baúna para a Karoon. O Valor apurou que a estatal pretende recomençar o processo de venda dos dois ativos, seguindo os procedimentos de transparência exigidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A petroleira argumenta que a decisão foi tomada diante da "insubsistência das condições da proposta de aquisição apresentada" e da manutenção dos efeitos da liminar da Justiça Federal de Sergipe que impedia o prosseguimento do negócio. Segundo a estatal, o negócio, portanto, "mostrou-se inviabilizado, haja vista a impossibilidade negocial ou procedimental de se retomar as negociações". A Petrobras informou, ainda, que pediu à Justiça Federal de Sergipe a extinção do processo contra a venda dos campos de Tartaruga Verde e Baúna para a Karoon. A estatal confirmou também que desistiu de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar suspender a liminar da justiça sergipana que impede a companhia de prosseguir com a venda dos ativos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Cemig perde novas liminares de usinas

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou outras duas liminares da Cemig, preparando o terreno para que o governo faça até o fim do ano o leilão de relicitação das hidrelétricas da companhia que tiveram as concessões extintas. Ela devem resultar em R\$ 10 bilhões para a União.

O montante é fundamental para as contas fiscais do governo em 2017. A expectativa é que a União estabeleça o valor mínimo em bônus pela outorga, vencendo o investidor que pagar maior ágio.

Na terça-feira à noite, o ministro Mauro Campbell, do STJ, revogou a liminar que havia concedido no início do mês e que mantinha a Cemig como titular da hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do contrato. Ontem, foi a vez da revogação da liminar de Miranda, pela ministra Regina Helena Costa, também do STJ.

Os dois ministros citaram em suas decisões que o governo federal conta com os recursos da relicitação das usinas no orçamento deste ano. Além disso, também lembraram a decisão proferida na semana passada pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que revogou a liminar semelhante que mantinha a Cemig titular da hidrelétrica de Jaguará.

A Cemig questiona na Justiça a devolução das concessões das hidrelétricas São Simão, Jaguará e Miranda, depois de ter rejeitado os termos impostos pela Medida Provisória (MP) 579 para renovação antecipada dessas concessões no regime de cotas de garantia e potência. Segundo a estatal, os três contratos têm cláusulas que garantem a renovação automática das concessões por 20 anos.

Desde então, a Cemig tem operado as usinas com liminares. Com isso, a energia de Jaguará, por exemplo, chegou a ficar descontratada por um certo período, e foi liquidada no mercado de curto prazo, em um momento em que os preços estavam consideravelmente elevados.

O presidente da Cemig, Bernardo Salomão, afirmou que vai tentar impedir que o governo federal leve adiante o plano de licitar as três usinas neste ano. "Vamos usar de todos os meios legais possíveis para reverter essa situação", disse Salomão no início da noite de ontem ao Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor. "Temos uma estratégia jurídica. Vamos nos defender de todas as formas jurídicas."

Salomão criticou o governo Temer por usar o argumento da emergência orçamentária para forçar a licitação de usinas. "As justificativas são que o Brasil vai perder [do ponto de vista da organização das contas públicas]. A questão não está sendo resolvida pela lei". E acrescentou: "O governo não consegue resolver o problema fiscal e quer que a Cemig resolva."

Segundo a decisão da ministra Regina Helena, do STJ, a manutenção da liminar, "além de distinguir injustificadamente a usina" de outros empreendimentos em situações idênticas que aderiram às regras da MP 579, "irá impactar sobremaneira na redução de tarifas esperada pela sociedade."

Isso porque, sob o regime de cotas, as usinas recebem uma receita mais baixa pela energia gerada, pois considera-se que os investimentos feitos já foram

amortizados. Com as liminares a Cemig tinha liberdade para vender a energia no mercado de curto prazo de energia, a preços mais altos.

A ministra Regina Helena apontou uma estimativa de que a estatal iria obter, se mantida a liminar, "cerca de R\$ 1,3 bilhão de lucro indevido", montante que poderia ser ainda maior se a Cemig conseguisse firmar contratos de curto prazo para venda da energia.

O governo federal incluiu as hidrelétricas no programa de parcerias de investimentos (PPI), para que possam ser licitadas neste ano. A decisão de Campbell lembrou ainda da Lei 13.203/2015, de conversão da MP 688, que instituiu o pagamento de um bônus pela outorga dos projetos, valores que já foram incluídos no orçamento deste ano, com expectativa de receita da ordem de R\$ 10 bilhões.

"Com essas considerações e levando-se em conta toda a conjuntura econômica vivida pelo país, é tarefa do judiciário coibir medidas tendentes a obstar/retardar o trabalho desenvolvido pelo poder executivo, dentro da esfera de sua exclusiva competência, no intuito de solver a crise fiscal pela qual sofre o estado brasileiro", escreveu o ministro do STJ.

A operação da usina permanece com a Cemig, mas sob o regime de cotas, até o fim do julgamento do mérito da ação ou até o leilão de relicitação desta.

De acordo com o advogado que representa a Cemig, Vitor Alves de Brito, sócio do escritório Sérgio Bermudes, a estatal mineira vai adotar as medidas que lhe cabem, "em defesa de seu direito líquido e certo". Segundo o advogado, a pretensão da União é "desarrazoada", ao se apropriar da concessão em prol de uma política pública de busca do superávit fiscal. Brito destacou ainda o fato de o governo querer licitar os ativos antes mesmo do julgamento do mérito do processo, "o que certamente influenciará em redução do preço".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernando Torres, Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Proposta da Light resolve impasse da controladora

Tudo indica que a Cemig conseguiu encontrar uma solução para manter seu poder de controle sobre a Light, mas sem estatizá-la, ao mesmo tempo em que deixa o caminho aberto para a saída aos sócios financeiros da distribuidora - os bancos BTG, BB, Santander e Votorantim. A Light anunciou terça-feira à noite que seu conselho considera realizar um aumento de capital por meio de uma oferta pública de ações com esforços restritos. A operação poderá contar ainda com

uma parcela secundária, na qual os atuais sócios venderiam parte dos papéis detidos.

Em novembro, a Cemig já tinha realizado um aumento de capital de R\$ 447,7 milhões na Parati, veículo de investimento que tem participação societária na Light. Os bancos renunciaram ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas. Com isso, tiveram suas participações na empresa diluída, e a fatia direta e indireta da Cemig no capital da distribuidora passou de 32,47% para 41,92%. Somada a fatia dos bancos, o bloco de controle possui 52% do capital. Agora, mesmo que tivesse dinheiro - o que não é o caso -, não seria conveniente para a Cemig comprar a participação dos demais sócios, sob pena de estatizar a Light, o que engessaria a gestão e dispararia cláusulas de vencimento antecipado de dívidas da distribuidora fluminense. Caso os sócios não acompanhem o aumento de capital e/ou vendam parte de suas ações, o atual bloco de controle perderá a maioria absoluta das ações da Light. Mas isso não significa a perda total do controle, dado que a empresa não tem outros acionistas relevantes entre os minoritários - com exceção da BNDESPar, que tem pouco mais de 9%. Para assegurar o controle minoritário - suficiente para ditar os rumos da Light, mas não para estatizá-la formalmente -, foi proposta uma alteração estatutária. Se aprovada em assembleia, o novo dispositivo vai determinar que qualquer acionista que alcançar fatia de 25% das ações da companhia terá que fazer oferta para comprar a participação dos demais. Esse tipo de cláusula é conhecido como pílula de veneno, ou "poison pill", em inglês. Se tudo sair como planejado, apenas a Cemig, isolada ou em conjunto com os atuais sócios, deve permanecer com fatia superior a essa barreira dos 25%. Segundo uma fonte a par do assunto, a estratégia da Cemig é, em um primeiro momento fazer essa oferta primária de ações para um grupo restrito de investidores, o que irá reduzir fortemente o endividamento da Light - um dos principais problemas da elétrica fluminense hoje - e tornar a companhia mais atrativa para esses potenciais investidores. E, em um segundo momento, a Cemig poderá encontrar o comprador ou ela própria adquirir a participação dos bancos na Light, sem tornar a distribuidora uma estatal. A opção de venda exercida pelos bancos contra a Cemig venceria em maio do ano passado, porém teve o prazo estendido para novembro deste ano. "Provavelmente, a Cemig já tem interessados [na Light] em vista", disse a fonte. "Ainda tem mais peças [medidas] por vir." Na convocação da assembleia, a Light justificou a alteração do estatuto para permitir o aumento de capital alegando que isso vai tornar "mais célere" o procedimento de obtenção de recursos pela companhia, por meio das emissões de novas ações. Em relação à inclusão da "poison pill", a Light disse que isso vai garantir aos acionistas da companhia um mecanismo de proteção à dispersão da base acionária, além de assegurar tratamento igualitário entre os seus acionistas, ao exigir que a aquisição de uma participação relevante se dê por meio de oferta pública dirigida a todos. Também vai mitigar riscos associados à "pressão excessiva sobre a administração da companhia." Além disso, a cláusula vai evitar "eventuais tomadas de controle",

proporcionando "uma gestão mais eficientes dos projetos", disse a Light na convocação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Eletrobras rebate Aneel e negocia com Petrobras

A Eletrobras vai apresentar em até 15 dias, à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os documentos que sustentam a posição da companhia de que tem direito a receber recursos do fundo setorial para custear o uso de combustível para geração termelétrica no Norte. O presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr, rebateu ontem a conclusão de relatório interno da autarquia, divulgada na terça-feira, e que indica que a empresa teria, na verdade, que devolver R\$ 3,7 bilhões aos consumidores de energia do país, a título de ressarcimento por pagamento a maior para a compra do combustível. Adotando um duro discurso, o executivo acrescentou que a demora no trabalho de fiscalização da autarquia em relação à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, segundo ele, estava previsto para ser concluído em 15 de março, impede que a elétrica conclua a negociação para a parte da dívida com a Petrobras, fornecedora dos combustíveis, que não é coberta pelo fundo. Sem essa negociação, torna-se praticamente inviável as privatizações das distribuidoras da Eletrobras, principalmente da Amazonas Energia, e da BR Distribuidora, principal ativo do plano de desinvestimentos da petroleira.

"A Eletrobras está com todos os documentos disponíveis [...] também fomos surpreendidos pelo anúncio, na data de ontem [terça-feira] pelo anúncio do resultado da fiscalização que não teve o contraditório da Eletrobras e das empresas relacionadas com a Eletrobras", afirmou Ferreira Jr., em teleconferência com analistas e investidores, sobre o resultado da estatal em 2016. Segundo o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras, Armando Casado, a dívida total da empresa com a Petrobras, referente à compra de combustível para geração de energia, é de R\$ 16,7 bilhões. Desse total, a Eletrobras conta com recursos da CDE para cerca de R\$ 10 bilhões. Do montante total da dívida, de R\$ 16,7 bilhões, um valor de R\$ 10,1 bilhões já foi objeto de dois contratos para repactuação de dívida entre a Eletrobras e a Petrobras. Os R\$ 6,6 bilhões restantes estão em negociação atualmente entre as duas estatais. Desse valor, a Eletrobras conta com recursos da CDE de cerca de R\$ 3,5 bilhões. Com relação à parte descoberta pela CDE, Casado disse que a empresa está "criando alternativas" para concluir a renegociação com a Petrobras. "Temos um acordo [de pagamento de dívida] assinado no fim de 2014 e um acordo em negociação [...] envolvendo a presidência das duas companhias. [O acordo] é importante para as duas companhias, tanto para a privatização das nossas

distribuidoras, quanto para a privatização da BR Distribuidora", disse Ferreira Jr. "Há muita dedicação, foco e boa vontade das duas empresas no sentido de termos um fechamento disso", completou. Na teleconferência, o executivo também contou que as vendas de participações minoritárias da Eletrobras em sociedades de propósito específicos (SPEs) devem começar no terceiro trimestre deste ano. Já com relação à privatização das distribuidoras, a modelagem do negócio deve ser definida até junho. A estatal planeja levantar R\$ 4,6 bilhões com venda de ativos neste ano. Para este ano, a Eletrobras prevê investir R\$ 8,95 bilhões. Desse total, R\$ 2,43 bilhões serão destinados à SPEs e R\$ 6,5 bilhões em controladas do grupo. No ano passado, a companhia investiu R\$ 8,7 bilhões, abaixo dos R\$ 11,4 bilhões previstos inicialmente. Ferreira Jr. acrescentou que investimentos em novos ativos de transmissão e geração de energia, porém, deverão ser feitos depois de 2019, após o término dos investimentos em andamento. Sobre o resultado de 2016, o executivo destacou que, desconsiderando efeitos não-recorrentes, "já é possível ver uma mudança no comportamento da empresa", em redução de custos. Ele admitiu que o nível de endividamento da estatal ainda é elevado, mas "a boa notícia" é que parou de crescer. A alavancagem da empresa, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, recuou de 8,5 vezes, no fim de setembro, para 6,7 vezes no fim de 2016. A meta da empresa é alcançar a 4 vezes até o fim do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol

Título: CVM nega pedido da BNDESPar contra estatal mineira

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) negou pedido da BNDESPar para interromper reunião de acionistas da Cemig marcada para hoje. A empresa de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) questionou um dos temas que serão deliberados na reunião: a correção da eleição em separado pela minoria dos acionistas com direito a voto na ata de assembleia geral ordinária realizada em 29 de abril de 2016. A BNDESPar pediu à CVM a interrupção do prazo da convocação da assembleia em até 15 dias. A unidade do BNDES, que tem 6,4% do capital da Cemig, reivindicou que a autarquia se manifestasse sobre a validade de indicação e eleição ocorrida na assembleia de 2016. Também questionou qual seria a participação mínima no capital social da companhia para assegurar o direito de requerer a votação em separado e quórum mínimo para preenchimento das vagas reservadas aos minoritários ordinaristas e preferencialistas. A unidade do BNDES pediu, ainda, que a CVM tomasse providências para a realização de outra assembleia visando à nova eleição dos membros do conselho caso fossem reconhecidos "vícios de legalidade" na eleição do colegiado atual.

Em resposta, a Cemig sustentou que a eleição em separado de conselheiros não teria sido ilegal, considerando que a Lei 6.404, ao estabelecer quóruns, permite a participação dos minoritários no conselho de administração, e não restringi-la. Também mencionou o estatuto da companhia que assegura aos minoritários donos de ações ON e PN, sem qualquer condição de quórum, o direito de elegerem um membro do conselho em votação em separado. A análise da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) ressaltou que as questões levantadas pela BNDESPar referem-se a decisões tomadas na assembleia de abril, e, em tese, ao quórum mínimo para a eleição em separado, não seriam relevantes para a reunião de hoje. Assim, não haveria irregularidade na proposta da assembleia. "A SEP também destacou que eventuais irregularidades ocorridas na assembleia de 29/4/2016 seriam objeto de análise em processo específico", diz a ata da reunião. A área técnica registrou que nada impede que os administradores ou acionistas da Cemig decidam convocar nova assembleia para substituir todos os membros do conselho caso verifiquem irregularidade na eleição em separado na assembleia em questão. O colegiado acompanhou a decisão por unanimidade. Procurada, a BNDESPar não comentou a decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras vai retomar obras da refinaria Rnest

A Petrobras se prepara para concluir o primeiro trem da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. A estatal contratou a empreiteira nacional Qualiman Engenharia e Montagens e assinou esta semana uma ordem de serviço para retomada das obras de construção da unidade de abatimento de emissões (SNOX), que permitirá que a primeira fase do projeto opere a plena carga. Com capacidade para processar 115 mil barris diários de petróleo, o trem 1 da Rnest foi inaugurado em novembro de 2014, mas produz atualmente com uma carga autorizada máxima de 100 mil barris/dia. A entrada em operação da unidade SNOX é uma condicionante ambiental para que o primeiro trem opere a plena carga.

A unidade de abatimento de emissões é dedicada ao tratamento dos gases resultantes do processo de produção de combustíveis com baixo teor de poluentes, como o diesel S-10. A estatal informou que a unidade SNOX está prevista para junho de 2018. Para o segundo trem de refino da Rnest, também de 115 mil barris ao dia, a Petrobras ainda busca um parceiro com quem dividir os investimentos necessários. Um dos principais centros das denúncias de corrupção da Lava-Jato, a refinaria Rnest foi objeto, nos últimos anos, de uma série de "impairments" (baixas contábeis decorrentes da perda do valor recuperável do ativo). Desde 2014, a estatal já contabilizou "impairments" de R\$ 15,11 bilhões

relativos ao projeto, sendo R\$ 2,53 bilhões em 2016, devido ao aumento da taxa de desconto e postergação da expectativa de entrada de caixa do projeto para 2023 - considerando a conclusão da obra com recursos próprios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Braskem vai descumprir prazo da CVM

A Braskem vai descumprir o prazo determinado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para entrega do balanço auditado de 2016, que vigora até amanhã. Após o terceiro adiamento, a petroquímica, que tem Odebrecht e Petrobras como acionistas majoritários e fechou um acordo de leniência na Operação Lava-Jato, não marcou nova data para publicação das demonstrações financeiras revisadas pelo auditor externo. Com isso, a companhia ficará sujeita a possíveis sanções impostas pela autarquia. De imediato, a instrução 480 da CVM estabelece multa diária de R\$ 500 por causa do não cumprimento do prazo. Para a publicação do formulário 20-F na SEC, que regula o mercado de capitais americano, o prazo da Braskem ainda está correndo.

O arquivamento deve ocorrer até 1º de maio, com possível prorrogação até o dia 16 do mesmo mês. Procurada, a CVM informou que "acompanha e analisa as divulgações envolvendo companhias abertas e adota as medidas cabíveis, quando necessário", e não comenta casos específicos. O novo atraso se deve ao fato de as auditorias externas - KPMG, no Brasil, e PwC, nos Estados Unidos - ainda estarem executando testes de controle e de verificação do modelo de contabilidade após a descoberta de irregularidades cometidas pela petroquímica. Procurada, a KPMG Brasil informou que, "por motivos de cláusulas de confidencialidade que regem a profissão de auditor, está impedida de se manifestar sobre casos envolvendo empresas auditadas ou que já foram auditadas pela firma". A Braskem admitiu que houve pagamentos ilícitos a três empresas com sede no exterior no total de R\$ 513 milhões, entre outubro de 2006 e dezembro de 2014. Como a assinatura do acordo de leniência ocorreu em 21 de dezembro, alega a petroquímica, informações não puderam ser abertas para os auditores antes dessa data, como ocorreria normalmente. A companhia havia agendado a divulgação do balanço para 16 de fevereiro e postergou o evento para o dia 22 do mesmo mês, quando tornou públicas as informações financeiras anuais sem o parecer do auditor independente. Nessa data, anunciou que o balanço auditado seria publicado ontem (29). Na terça-feira à noite, porém, informou que ainda não finalizou a demonstração auditada e disse que "embora siga evoluindo nas avaliações necessárias de seus processos e controles internos, a profundidade e detalhamento dessas avaliações estendeu o cronograma dos trabalhos junto aos auditores independentes". A Braskem seguirá envidando

seus melhores esforços para finalizar os trabalhos de elaboração de suas demonstrações financeiras auditadas com a maior brevidade possível e reitera que não espera alterações relevantes em relação aos resultados não auditados divulgados anteriormente", disse. Conforme o balanço não auditado, a petroquímica teve prejuízo líquido de R\$ 2,55 bilhões no quarto trimestre, decorrente do reconhecimento da multa de R\$ 3,1 bilhões acertada com autoridades no Brasil, nos Estados Unidos e na Suíça como parte do acordo de leniência, e de R\$ 452 milhões no acumulado de 2016. O resultado operacional no ano, por sua vez, foi recorde. A Braskem repete o que aconteceu com a Petrobras em 2014, também na esteira do esquema de corrupção investigado pela Lava-Jato. As demonstrações financeiras auditadas daquele exercício somente foram divulgadas pela estatal em 23 de abril, com cinco meses de atraso e após dois adiamentos. Naquele ano, perdas com corrupção, má gestão e reavaliação de ativos superaram R\$ 50 bilhões e a Petrobras teve prejuízo de R\$ 21,6 bilhões. A estatal já havia atrasado a divulgação do balanço do terceiro trimestre de 2014, que acabou publicado em 28 de janeiro de 2015 sem revisão da Price, responsável pela auditoria externa. À época, a estatal informou que a divulgação das demonstrações contábeis sem o parecer da auditoria visava a atender compromissos em contratos de dívida e possibilitar o acesso às informações financeiras, "cumprindo com o dever de informar ao mercado e agindo com transparência com relação aos eventos recentes que vieram a público no âmbito da Operação Lava-Jato".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cynthia Malta

Título: AB InBev usará 100% de energia renovável

AB InBev, a maior fabricante de cervejas do mundo e controladora da Ambev, está mudando a sua política de compra de energia. A meta é até 2025, daqui oito anos, usar apenas fontes renováveis como energia solar, eólica, biomassa ou eletricidade proveniente de pequenas centrais hidrelétricas (PCH). A ideia é negociar contratos de longo prazo com fornecedores, criando demanda garantida a estes por 10 a 15 anos, informou a AB InBev ao Valor. Esse tipo de contrato deverá fornecer de 75% a 85% da energia consumida pela companhia. O restante virá de tecnologias como painéis solares e biomassa, instalados dentro ou perto das fábricas da AB InBev. A companhia estima que em 2025 sua demanda por energia seja de 6 terawatt/hora por ano.

O anúncio da nova política de compra de energia foi feito na terça-feira, quando o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou um decreto que pode dismantlar as bases criadas pelo ex-presidente Barack Obama para limitar as emissões de gases-estufa das usinas térmicas a carvão. O CEO da AB Inbev, Carlos

Brito, tratou de esclarecer, à Bloomberg, que o "timing" foi uma coincidência e que o anúncio não teve conotação política. Lutar contra mudanças climáticas com energia renovável é bom para os resultados da companhia, disse ele, acrescentando que "nós apenas achamos que isto é bom para o nosso negócio e para o ambiente." Com essa estratégia, a AB InBev calcula que deve se tornar o maior comprador corporativo de energia elétrica renovável do setor de bens de consumo no mundo, reduzindo em 30% a sua "pegada operacional de carbono", ou seja a quantidade de CO2 ou de outro tipo de gás-estufa que contribui para o aquecimento da Terra. O primeiro acordo de longo prazo assinado pela AB InBev para comprar energia renovável foi assinado no México, onde a companhia tem a sua maior fábrica, em Zacatecas. A Iberdrola vai fornecer 490 gigawatt/hora por ano e vai construir uma unidade de energia eólica que deverá começar a funcionar no primeiro semestre de 2019. No Brasil, a Ambev assumiu o mesmo compromisso anunciado pela matriz e terá que bancar a sua produção, daqui a oito anos, apenas com energia de fontes renováveis. Rodrigo Figueiredo, vice-presidente de suprimentos da Ambev, é o executivo encarregado de cumprir a meta. Para ele, a nova estratégia significa "ter uma operação cada vez mais sustentável, reduzindo ao máximo o impacto no meio ambiente". A Ambev consome cerca de 1 terawatt/hora de energia por ano, das seguintes fontes: hidrelétrica (76% do total), térmica (13%), eólica (6%) e de pequenas centrais hidrelétricas (5%). A companhia considera que a energia hidrelétrica é, sim, renovável, mas para cumprir a meta anunciada pela matriz em 2025 esse tipo de energia será comprado apenas de pequenas centrais hidrelétricas (PCH), que são aquelas com geração superior a 3 megawatt e inferior a 30 megawatt, explicou a Ambev. Segundo a AB InBev, o seu compromisso para 2025 "terá o mesmo efeito positivo que remover as emissões de quase 500 mil carros da atmosfera". Com a meta anunciada nesta semana, a maior cervejaria do mundo também passou a fazer parte do RE100, um grupo de 89 empresas que já declararam o compromisso de usar apenas eletricidade 100% renovável. Dentre elas, está a fabricante e varejista de móveis Ikea e a Coca-Cola Enterprises, que opera na Europa Ocidental.

MME / ASCOM .